



Número: **0800008-69.2020.8.18.0032**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Picos**

Última distribuição : **06/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.775,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS (AUTOR)		JOSE ALBERTO DOS SANTOS CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7765536	06/01/2020 22:43	<a href="#">Petição Inicial. AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT C.C DANOS MORAIS</a>	Petição Inicial
7765537	06/01/2020 22:43	<a href="#">1PETIÇÃO INICIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT CC DANOS MORAIS. FRANCISCO DE ASSIS</a>	Petição
7765538	06/01/2020 22:43	<a href="#">2PROCURAÇÃO</a>	Procuração
7765539	06/01/2020 22:43	<a href="#">3DOC. PESSOAIS</a>	Documentos
7765540	06/01/2020 22:43	<a href="#">4COMPROVANTE DE RESIDENCIA</a>	Comprovante
7765541	06/01/2020 22:43	<a href="#">5DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA</a>	Comprovante
7765542	06/01/2020 22:43	<a href="#">6DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA</a>	Comprovante
7766343	06/01/2020 22:43	<a href="#">7LAUDO PARA INTERNAÇÃO</a>	Comprovante
7766344	06/01/2020 22:43	<a href="#">8LAUDO PARA INTERNAÇÃO E EVOLUÇÃO CLINICA</a>	Comprovante
7766345	06/01/2020 22:43	<a href="#">9FICHA DE ATENDIMENTO</a>	Comprovante
7766346	06/01/2020 22:43	<a href="#">10FICHA DE ATENDIMENTO EM PRONTO SOCORRO</a>	Comprovante
7766347	06/01/2020 22:43	<a href="#">11PRESC. MÉDICA E FICHA DE SALA</a>	Comprovante
7766348	06/01/2020 22:43	<a href="#">12TOMOGRAFIA DO OMBRO DIREITO</a>	Comprovante

AO JUÍZO DA COMARCA DA CIDADE DE PICOS-ESTADO DO PIAUÍ.

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, inscrito no CPF/MF sob número 036.991.863-00 e Registro Geral sob o N.º 1.773.892-SSP-PI, residente e domiciliado na Localidade “Oitis” zona rural do município de Picos-PI, por seu procurador signatário (DOC. ANEXO), recebendo intimações e correspondências na Rua Coelho Rodrigues nº582, Bairro Centro, sala 101, 1º andar, CEP 64600-054 na cidade de Picos-PI, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT PAGO A MENOR C/C DANOS MORAIS**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, nº 100, Andar 26, CEP 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

#### **I.DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

Requer à Vossa Excelência que seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

#### **II. DOS FATOS:**

A parte autora no dia 08/06/2016, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO) sofreu acidente de trânsito quando ao pilotar sua motocicleta o pneu dianteiro passou por cima de uma pedra que estava na via, nesse momento o autor perdeu o controle da motocicleta vindo a sofrer um grave acidente.

Cabe destacar, que o local onde o autor sofreu o acidente é pouco habitado, na ocasião, o mesmo derrapou na pista e veio a despencar de uma altura equivalente a 10 metros em local de mata fechada.

Destarte, que após o ocorrido o autor ficou inconsciente por dias, e que foi encontrado no dia 16/05/2016 por moradores da região que o levaram para o Hospital Regional Justino Luz onde o mesmo recebeu os primeiros socorros. Do evento restou o demandante com graves lesões corporais.

Posteriormente ao fato, ao ser o requerente resgatado e encaminhado para atendimento médico, o mesmo foi diagnosticado com **POLITRAUMATISMO, NA REGIÃO DA AXILA E MAXILAR, e também luxação de ombro direito**, ficando com sequelas de **DEFORMIDADE ÓSSEA NA CABEÇA UMERAL DIREITA; IRREGULARIDADE NA CORTICAL ÓSSEA DA TUBEROSIDADE MAIOR/MENRO DA CABEÇA UMERAL A DIREITA; CID 10 M84.0 – DEFEITO DE CONSOLIDAÇÃO DE FRATURA; CID 10. S14.3 - TRAUMATISMO DO PLEXO BRAQUIAL; CID 10. S42.1 - FRATURA DA OMOPLATA (ESCÁPULA).**



Ademais, necessitou o autor, em virtude das lesões sofridas, passar por procedimento cirúrgico na região do ombro direito, no qual após exame de Raio-X ficou demonstrado a existência de fratura como pode ser observado na solicitação em anexo e no laudo médico que salienta a descrição da cirurgia.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **ficou o requerente com relevante limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar o braço, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas, principalmente para quem tem o trabalho rural como meio de subsistência.

**Como já foi elucidado o autor quando tinha boa saúde laborava como agricultor, e desempenha com êxito todas as atividades que sua profissão exigia, o autor é pessoa humilde, de pouco estudo, a sua renda depende de trabalho braçal que realiza, as lesões ocasionadas no acidente e as limitações desencadeadas, prejudicam em demasia o mesmo, que se vê obrigado a tentar trabalhar mesmo sentindo dores e dificuldades que outrora era inexistentes.**

A parte autora sofreu séria fratura no membro superior direito, passou por delicado procedimento cirúrgico, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais. Encontra-se debilitado, sente dores, não movimenta o braço com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o requerente até os dias atuais e certamente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido autuado com o número do sinistro 3180034712.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada**.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de **R\$4.725,00** (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida**.

O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com relevantes limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar**.



**É importante frisar que em documento, exames e atestados médicos apresentados e juntados aos autos, emitem pareceres sobre as limitações físicas do autor, mencionando claramente o caráter permanente destas, bem como, sendo incisiva no tocante a constatação da dificuldade de deambulação do requerente. Ademais, cita porcentagem de perda funcional total.**

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que fora grave a perda funcional do membro afetado, **porém, a parte ré realiza avaliação imparcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que realmente lhe é devido.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que o autor deveria ter recebido da seguradora ora ré o valor máximo da indenização que corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**Sendo assim, documentalmente comprovada a invalidez permanente e total do autor, é devido valor máximo da indenização, no entanto como já foi elucidado o autor recebeu apenas o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte cinco reais), desta forma o requerente é credor do valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais), que deverá ser corrigido desde o pedido administrativo.**

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre— DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

*O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*

*A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora*



*Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.*

*O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à demandante:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ.**



3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. **APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.** (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

**APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA.** Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. **APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

***“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”***

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica.** Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### **IV - DO DANO MORAL**

É importante observar que o fato da seguradora ré ter demorado quase dois anos para realizar o pagamento da indenização do autor, e quando realizou o pagamento do seguro, fez em valor menor do que realmente tinha direito a vítima, por inobservância da invalidez permanente do autor, essa demora e o erro em pagar valor menor trouxe abalo emocional e psicológicos ao requerente. Vejamos:

**APELAÇÃO CÍVEL NOS AUTOS AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. EXCESSIVA DEMORA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA QUE DEU CAUSA À AÇÃO. 1. A demora injustificada em efetuar o pagamento da indenização securitária, após transcorridos mais de dois anos do óbito da vítima, se mostra abusiva e apta a ensejar frustração de expectativas, bem como quebra de confiança baseada na boa-fé, o que ultrapassa a esfera de mero aborrecimento e tipifica dano moral indenizável, por ofensa aos atributos da personalidade dos autores. 2. A**



**verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação (Precedentes jurisprudenciais). 3. Em observância ao princípio da causalidade, deve arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios aquele que deu causa à instauração do processo. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.**

(TJ-GO - APL: 03419968420168090011, Relator: ORLOFF NEVES ROCHA, Data de Julgamento: 22/04/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 22/04/2019).

Estas atitudes causaram, e ainda causam, ao requerente prejuízos de ordem moral.

Afora o dissabor de várias vezes se dirigir ao Banco CAIXA, agência local 0639, e por horas esperar atendimento e não receber o seguro.

Sem contar ainda a espera, a ansiedade o desgaste causado pela Seguradora.

Na clássica definição de WILSON MELO DA SILVA, O Dano Moral e sua Reparação, pág.11: Danos morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.

Configura-se dano moral, passível de indenização se do ato ilícito advier perturbação nas relações psíquicas, na tranquilidade, nos sentimentos e nos afetos de uma pessoa.? (TJGO, rel. Des. Gercino Carlos Alves da Costa, Ap.nº.29.731-0/188)

A decisão supra citada reflete exatamente o que ocorre com o autor através de seus representantes, perturbação nas relações psíquicas e na sua tranquilidade.

O dano moral, in casu, consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos danos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pelo autor, seja provocado pela recordação da ineficiência da funcionária ao pedir que entregasse constantemente novos documentos autenticados quando os originais estavam em seu poder, seja pela atitude de repugnância, medo e insegurança tomada. Trata-se, portanto, de dano moral direto, pois a autora teve afetado um bem jurídico contido nos direitos de personalidade, de resto, absolutamente indenizável.

De outro passo, como bem anota MARIA HELENA DINIZ em sua obra Curso de Direito Civil Brasileiro, pág.75: O dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter concomitantemente satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante.

A seu turno, ALFREDO MINOZZI em sua obra Studio sul Danno non Patrimoniale, pág.31, disse que: O dano moral não é o dinheiro, nem a coisa comercialmente reduzida a dinheiro, mas a dor, o espanto, a emoção, a vergonha, a injúria física ou moral, em geral uma dolorosa sensação experimentada pela pessoa, atribuída à palavra dor o maior e mais largo significado.

Conclui-se, portanto que:

O autor está amparado pelo direito diante da existência da invalidez permanente;

Os documentos necessários a comprovação dos fatos foram devidamente entregues a seguradora requerida pois que as cópias autenticadas têm a mesma validade que os originais, e a fé pública que possuem só podem ser contestada por ampla prova em contrário, o que não é o caso;

A relação de consumo existe, logo, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor autor;

O dano moral existe, devendo o requerente ser indenizado pelo sofrimento causado.

## V. DOS PEDIDOS:



**ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:**

- A) Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;**
- B) Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;**
- C) Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;**
- D) Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;**
- E) Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para condenar a demandada ao pagamento de complementação/diferença de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de; R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais);**
- F) A condenação pecuniária da requerida pelo dano moral vivido pelo Autor, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);**
- G) Condenar a parte ré ao pagamento de todas as despesas processuais (custas, taxas e emolumentos), bem como no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) do valor da condenação;**
- H) Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.**
- I) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.**

**Dá se a causa o valor de R\$ 13.775,00(treze mil e setecentos e setenta e cinco reais).**

Termos em que

pede deferimento.

Picos-PI, 06 de janeiro de 2020.





**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS,**  
brasileiro, solteiro, trabalhador rural, inscrito no CPF/MF sob número 036.991.863-00 e Registro Geral sob o N.º 1.773.892-SSP-PI, residente e domiciliado na Localidade “Oitis” zona rural do município de Picos-PI, por seu procurador signatário (DOC. ANEXO), recebendo intimações e correspondências na Rua Coelho Rodrigues nº582, Bairro Centro, sala 101, 1º andar, CEP 64600-054 na cidade de Picos-PI, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT PAGO A MENOR C/C DANOS  
MORAIS**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, nº 100, Andar 26, CEP 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:



**I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

Requer à Vossa Excelência que seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

**II. DOS FATOS:**

A parte autora no dia 08/06/2016, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO) sofreu acidente de trânsito quando ao pilotar sua motocicleta o pneu dianteiro passou por cima de uma pedra que estava na via, nesse momento o autor perdeu o controle da motocicleta vindo a sofrer um grave acidente.

Cabe destacar, que o local onde o autor sofreu o acidente é pouco habitado, na ocasião, o mesmo derrapou na pista e veio a despencar de uma altura equivalente a 10 metros em local de mata fechada.

Destarte, que após o ocorrido o autor ficou inconsciente por dias, e que foi encontrado no dia 16/05/2016 por moradores da região que o levaram para o Hospital Regional Justino Luz onde o mesmo recebeu os primeiros socorros. Do evento restou o demandante com graves lesões corporais.

Posteriormente ao fato, ao ser o requerente resgatado e encaminhado para atendimento médico, o mesmo foi diagnosticado com **POLITRAUMATISMO, NA REGIÃO DA AXILA E MAXILAR, e também luxação de ombro direito**, ficando com sequelas de **DEFORMIDADE ÓSSEA NA CABEÇA UMERAL DIREITA; IRREGULARIDADE NA CORTICAL ÓSSEA DA TUBEROSIDADE**

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

**MAIOR/MENOR DA CABEÇA UMERAL A DIREITA; CID 10 M84.0 –  
DEFEITO DE CONSOLIDAÇÃO DE FRATURA; CID 10. S14.3 -  
TRAUMATISMO DO PLEXO BRAQUIAL; CID 10. S42.1 - FRATURA DA  
OMOPLATA (ESCÁPULA).**

Ademais, necessitou o autor, em virtude das lesões sofridas, passar por procedimento cirúrgico na região do ombro direito, no qual após exame de Raio-X ficou demonstrado a existência de fratura como pode ser observado na solicitação em anexo e no laudo médico que salienta a descrição da cirurgia.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **ficou o requerente com relevante limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar o braço, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas, principalmente para quem tem o trabalho rural como meio de subsistência.

**Como já foi elucidado o autor quando tinha boa saúde laborava como agricultor, e desempenha com êxito todas as atividades que sua profissão exigia, o autor é pessoa humilde, de pouco estudo, a sua renda depende de trabalho braçal que realiza, as lesões ocasionadas no acidente e as limitações desencadeadas, prejudicam em demasia o mesmo, que se vê obrigado a tentar trabalhar mesmo sentindo dores e dificuldades que outrora era inexistentes.**

A parte autora sofreu séria fratura no membro superior direito, passou por delicado procedimento cirúrgico, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

suas atividades normais. Encontra-se debilitado, sente dores, não movimentar o braço com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o requerente até os dias atuais e certamente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (**DPVAT/INVALIDEZ**), o requerente teve seu pedido autuado com o número do sinistro 3180034712.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada**.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de **R\$4.725,00** (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.**

O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com relevantes limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

É importante frisar que em documento, exames e atestados médicos apresentados e juntados aos autos, emitem pareceres sobre as limitações físicas do autor, mencionando claramente o caráter permanente destas, bem como, sendo incisiva no tocante a constatação da dificuldade de deambulação do requerente. Ademais, cita porcentagem de perda funcional total.

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que fora grave a perda funcional do membro afetado, **porém, a parte ré realiza avaliação imparcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que realmente lhe é devido.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que o autor deveria ter recebido da seguradora ora ré o valor máximo da indenização que corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**Sendo assim, documentalmente comprovada a invalidez permanente e total do autor, é devido valor máximo da indenização, no entanto como já foi elucidado o autor recebeu apenas o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte cinco reais), desta forma o requerente é credor do valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais), que deverá ser corrigido desde o pedido administrativo.**

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre– DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

*O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*

*A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.*

*O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a*

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

*partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in  
verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de*

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**





**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

*assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à demandante:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. **Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária.** 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado.** 4. **Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto.** 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. **APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.** (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).**

**APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA.**

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

*“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”*

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica**. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**IV - DO DANO MORAL**

É importante observar que o fato da seguradora ré ter demorado quase dois anos para realizar o pagamento da indenização do autor, e quando realizou o pagamento do seguro, fez em valor menor do que realmente tinha direito a vítima, por inobservância da invalidez permanente do autor, essa demora e o erro em pagar valor menor trouxe abalo emocional e psicológicos ao requerente. Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL NOS AUTOS AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. EXCESSIVA DEMORA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA QUE DEU CAUSA À AÇÃO. 1. A demora injustificada em efetuar o pagamento da indenização securitária, após transcorridos mais de dois anos do óbito da vítima, se mostra abusiva e apta a ensejar frustração de expectativas, bem como quebra de confiança baseada na boa-fé, o que ultrapassa a esfera de mero aborrecimento e tipifica dano moral indenizável, por ofensa aos atributos da personalidade dos autores. 2. A verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação (Precedentes jurisprudenciais). 3. Em observância ao princípio da causalidade, deve arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios aquele que deu causa à instauração do

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

processo. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.  
SENTENÇA MANTIDA.

(TJ-GO - APL: 03419968420168090011,  
Relator: ORLOFF NEVES ROCHA, Data de  
Julgamento: 22/04/2019, 1ª Câmara Cível,  
Data de Publicação: DJ de 22/04/2019).

Estas atitudes causaram, e ainda causam, ao  
requerente prejuízos de ordem moral.

Afora o dissabor de várias vezes se dirigir ao  
Banco CAIXA, agência local 0639, e por horas esperar atendimento e não  
receber o seguro.

Sem contar ainda a espera, a ansiedade o  
desgaste causado pela Seguradora.

Na clássica definição de WILSON MELO DA  
SILVA, O Dano Moral e sua Reparação, pág.11: Danos morais são lesões  
sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal,  
em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja  
suscetível de valor econômico.

Configura-se dano moral, passível de  
indenização se do ato ilícito advier perturbação nas relações psíquicas, na  
tranquilidade, nos sentimentos e nos afetos de uma pessoa.? (TJGO, rel. Des.  
Gercino Carlos Alves da Costa, Ap.nº.29.731-0/188)

A decisão supra citada reflete exatamente o  
que ocorre com o autor através de seus representantes, perturbação nas  
relações psíquicas e na sua tranquilidade.

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

O dano moral, in casu, consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos danos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pelo autor, seja provocado pela recordação da ineficiência da funcionária ao pedir que entregasse constantemente novos documentos autenticados quando os originais estavam em seu poder, seja pela atitude de repugnância, medo e insegurança tomada. Trata-se, portanto, de dano moral direto, pois a autora teve afetado um bem jurídico contido nos direitos de personalidade, de resto, absolutamente indenizável.

De outro passo, como bem anota MARIA HELENA DINIZ em sua obra Curso de Direito Civil Brasileiro, pág.75: O dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter concomitantemente satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante.

A seu turno, ALFREDO MINOZZI em sua obra Studio sul Danno non Patrimoniale, pág.31, disse que: O dano moral não é o dinheiro, nem a coisa comercialmente reduzida a dinheiro, mas a dor, o espanto, a emoção, a vergonha, a injúria física ou moral, em geral uma dolorosa sensação experimentada pela pessoa, atribuída à palavra dor o maior e mais largo significado.

Conclui-se, portanto que:

O autor está amparada pelo direito diante da existência da invalidez permanente;

Os documentos necessários a comprovação dos fatos foram devidamente entregues a seguradora requerida pois que as cópias autenticadas têm a mesma validade que os originais, e a fé pública que

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



possuem só podem ser contestada por ampla prova em contrário, o que não é o caso;

A relação de consumo existe, logo, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor autor;

O dano moral existe, devendo o requerente ser indenizado pelo sofrimento causado.

#### **V. DOS PEDIDOS:**

**ANTE O EXPOSTO**, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

- A)** Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**
- B)** Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;
- C)** Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**



**JA**  
**José Alberto S. Carvalho**

A D V O C A C I A

- D) Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;
- E) Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para condenar a demandada ao pagamento de complementação/diferença de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de; **R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais)**;
- F) A condenação pecuniária da requerida pelo dano moral vivido pelo Autor, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- G) Condenar a parte ré ao pagamento de todas as despesas processuais (custas, taxas e emolumentos), bem como no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) do valor da condenação;
- H) Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.
- I) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

**Dá se a causa o valor de R\$ 13.775,00 (treze mil e setecentos e setenta e cinco reais).**

Termos em que

pede deferimento.

Picos-PI, 06 de janeiro de 2020.

**89 3422-2185 / 9974-2020 / 8808-5030 / 9450-0508**

**josealbertodossantoscarvalho@hotmail.com**

**Rua Coelho Rodrigues, 582, Sala 101 - 1º Andar - 64.600-054 - Centro - Picos - PI**





## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**OUTORGANTE(S): FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da carteira de identidade RG nº 1.773.892– SSP – PI, inscrito no CPF (MF) sob o nº 036.991.863-00, residente domiciliado na localidade "Oitis", zona rural de Picos – PI.

**OUTORGADOS: Dr. JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS CARVALHO**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB – PI nº 6.932, com escritório na Rua Coelho Rodrigues, nº 582, Centro, na cidade Picos – PI; **Drª JOSENÁLIA DOS SANTOS CARVALHO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB – PI, sob o nº 7577, com escritório na Rua Coelho Rodrigues, nº 582, Centro, na cidade Picos – PI.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, o(s) **OUTORGANTE(S)** nomeia(m) e constitui(em) o **OUTORGADO** como seu bastante procurador, a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações cabíveis e defendê-lo(a)(s) nas contrárias, seguindo umas ou outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, também, subestabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

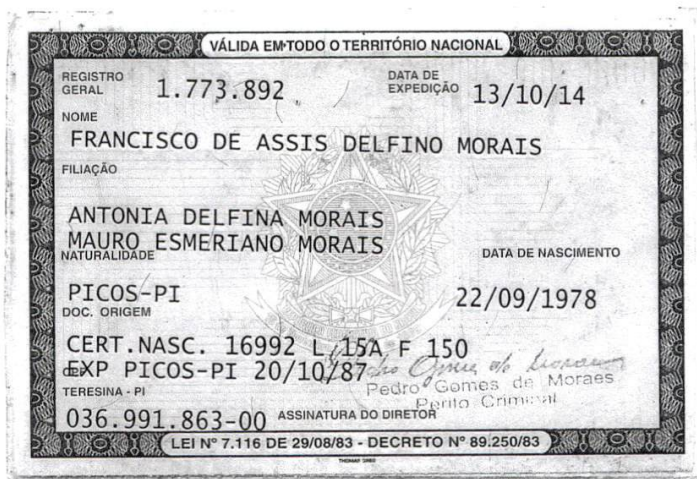
Picos – PI, em 28 de Dezembro de 2019.

*Francisco de Assis Delfino Moraes*

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**







Francisco de Assis Delgado  
moreira

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ**  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/98

**Para contato conosco, informe esse NÚMERO!!** **SEU CÓDIGO**  
1185556-8

Nº da Nota Fiscal 022681592

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUNHO/2019	12/06/2019	41	28,50

ANTÔNIA DELFINA HORAIS  
LC 0115 1 24 B-RURAL  
CPF: 00093470886334  
CEP: 64.600-000 - PICO

DADOS DA LEITURA	
Atual:	4063
Anterior:	4022
Constante de Multiplicação:	1,000
Consumo Medido:	41
Consumo Faturado:	41
Forma de Faturamento:	Código de Irregularidade: PCAM
Dias de Consumo:	05/06/2019

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA	
Classe/Subclasse	Normal
Ligação	1
Número Medidor	1187370
Poste	1
Código Fat.	30
Média 12 meses	46

RESIDENCIAL: HOHO

Mês/ano consumo	Consumo	Valor
MAI/19	37	27,76
ABR/19	40	0,14
MAR/19	46	0,49
FEV/19	46	0,11
JAN/19	51	0,34
DEZ/18	46	
NOV/18	54	
OUT/18	53	
SET/18	50	
AGO/18	42	

TARIFA SOCIAL: 0 A 41 - 0,00

38,00

**NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM**

LIGUE 0800 036 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 04/06/2019, não constatamos faturas vencidas nessa Unidade Consumidora.

Você pode optar pelas datas de vencimento da sua fatura nos dias 1, 5, 10, 15, 20 ou 25, sempre em contato por meio dos meios de atendimento.

**RESERVADO AO FISCO**

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	38F6.1EE6.2615.33E3.E1DD.EB41.A8A5.819D	Base de Cálculo:	
Energia:	7,49	Alíquota ICMS:	27,76
Transmissão:	14,45	Valor do ICMS:	
Encargos:	2,44	Valor do PIS:	
Tributos:	1,13	Valor do COFINS:	0,39
	2,13		

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
DIC	FIC	DMIC	DRCS				
Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
5,91	11,82	23,64	3,43	6,85	13,70	3,46	
		0,00				0,00	

Período de apuração: 0,00



## DECLARAÇÃO

**EU, FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS,**  
brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da carteira de identidade RG nº  
1.773.892- SSP – PI, inscrito no CPF (MF) sob o nº 036.991.863-00, **DECLARO**  
para os devidos fins, que sou residente domiciliado na localidade "Oitis", zona rural  
de Picos – PI I.

Picos - PI, 28 de Dezembro de 2019.

*Francisco de Assis Delfino Moraes*

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**



## DECLARAÇÃO

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da carteira de identidade RG nº 1.773.892- SSP – PI, inscrito no CPF (MF) sob o nº 036.991.863-00, residente domiciliado na localidade “Oitis”, zona rural de Picos – PI, declara para os devidos fins, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que lhe permita arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e da família.

Picos - PI, 28 de Dezembro de 2019.

x Francisco de Assis Delfino morais

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**







Sistema  
Único de  
Saúde

Ministério  
da  
Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

2 - CNES

4009622

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

4 - CNES

4009622

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

147046

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

898001243511429

8 - DATA DE NASCIMENTO

22/09/1978

9 - SEXO

Masc.

☒ 1

Fem.

☐ 2

10 - NOME DA MÃE

ANTONIA DELFINA MORAIS

12 - ENDEREÇO

SACO DOS MORCEGOS, 0 - IPUEIRAS

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

PICOS

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

2208007

15 - UF

PI

16 - CEP

64600-000

11 - TELEFONE DE CONTATO

(89) 9971-6471

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente vítima de acidente motor na 10 dia

apresenta fratura de humero direito

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

Pedir exame de um ombro D

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

RX

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

lesão fratura de um ombro D.

21 - CID PRINCIPAL

22 - CID SECUNDÁRIO

23 - CAUSAS ASSOC.

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

( ) CNS ( x ) CPF

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

19-05-16

32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO CRM)

CRM 1008-1/2008-1  
Ortopedia e Traumatologia  
Dr. Daniel C. D. F. F. F.

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - ( ) ACIDENTE TRAB. TÍPICO

( ) ACIDENTE TRAB. TRAJETO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( x ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - COD. ORGÃO EMISSOR

M220800001

49 - Nº DA AUT. DE INTERNAÇÃO HOSP.

45 - DOCUMENTO

46 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

( ) CNS ( ) CPF

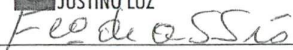
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Assinatura paciente/Responsável

X Francisco de Assis Delfino Morais

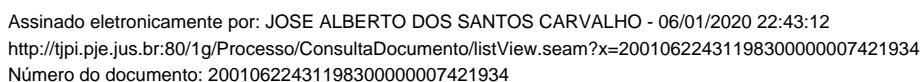




S E S A P I – Secretaria de Saúde do Estado do Piauí  
Pça Antenor Neiva, 184 - CEP 64.600 – 000  
Picos – PI



ALA: C APTC  
HELIONILDES BEZERRA DE SOUSA  
HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUIZ  
NUTRICIONISTA ONC. HORARIO DE MEI

A handwritten signature, possibly 'A. K. S.', is written in black ink on lined paper. A diagonal watermark is visible across the page, containing the text 'www.indianartculture.com', 'www.indianartculture.com', 'www.indianartculture.com', and 'www.indianartculture.com'. There are also some small, illegible markings and a small '1' at the bottom left.

Hospital Regional Justino Luz - Pça. Dr. Antenor Neiva, 184 - CEP: 64.601-391 - Picos-PI

NOME DO PACIENTE <i>FERNANDO DE ASSIS DREYER</i>		PRONTUÁRIO	CLÍNICA	ENF. OU APT <i>C13</i>		LEITO: <i>67</i>	MÉDICO ASSISTENTE:
DATA/ HORA/ CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA			QUANT.	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM		
				HORÁRIO	OBSERVAÇÕES		
<i>19-05-16</i>	<i>01 - Dieta 2000 ALIMENTAÇÃO COM</i>			<i>HELIONILDES BEZERRA DE SOUSA</i> HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ NUTRICIONISTA CRN 3276	<i>21:40! Admitido para submeter</i>		
	<i>02 - SANGRIA - 500 - 2 PLO</i>				<i>a um tratamento ortopé</i>		
	<i>1000 TUBOS 40m</i>				<i>no MSD. DR. Daniel</i>		
	<i>1000 DISSOLUÇÃO</i>				<i>depois, ao evoluçomsta</i>		
	<i>03 - PUSE 1000 EO 5/10</i>				<i>22:50. Usuário admitido com</i>		
	<i>04 - RINITE ALERGICA 1000 EO 10/00</i>				<i>febre de origem desconhecida (D. 10/00)</i>		
	<i>RX - Realizado</i>				<i>exatidão física. AVP e MSE</i>		
	<i>3. Tachicardia leve, qto 27.00</i>			<i>HELIONILDES BEZERRA DE SOUSA</i> HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ NUTRICIONISTA CRN 3276	<i>Respiro em choro de origem</i>		
	<i>4.55 1000 ml 10/00</i>				<i>normal espontânea</i>		
	<i>5. Suor 7ml 10/00</i>				<i>Validada M. de Moura Araújo</i>		
	<i>6. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>Enfermeira</i>		
	<i>7. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI 122180</i>		
	<i>8. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>9. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>10. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>11. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>12. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>13. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>14. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>15. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>16. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>17. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>18. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>19. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		
	<i>20. Tachicardia leve, qto 27.00</i>				<i>COREN-PI</i>		



Hospital Regional Justino Luz - Pça. Dr. Antenor Neiva, 184 - CEP: 64.601-391 - Picos-PI

## FICHA DE SALA

NOME DO PACIENTE <i>Francisco de Assis Delfino Moraes</i>				DATA <i>20/05/16</i>	PROTÚRIO	LEITO
PROCEDIMENTO <i>Ex cii de luxação de ombro D.</i>				SALA <i>01</i>		
MATERIAL DE CONSUMO		QUANT.	UNID.	TOTAL	APARELHAGEM	
SERINGA 1 ML 3 ML					ARCO CIRÚRGICO <input checked="" type="checkbox"/>	
SERINGA 5 ML/ 10 ML	<i>01+01</i>				BOMBA DE INFUSÃO <input type="checkbox"/>	
SERINGA 20 ML	<i>02</i>				ASPIRADOR <input type="checkbox"/>	
KIT ACESSO CENTRAL					AUTOCLAVE <input checked="" type="checkbox"/>	
SONDA DE ASPIRAÇÃO	<i>01</i>				INSTRUMENTAL CIRÚRGICO <input checked="" type="checkbox"/>	
AGULHA 40X12	<i>01</i>				ULTRASSON <input type="checkbox"/>	
ALGODÃO					STIMUPLEX <input checked="" type="checkbox"/>	
ÁGUA DESTILADA	<i>02</i>				<i>Bisturi elétrico</i> <input checked="" type="checkbox"/>	
PVPI Tap + Deg	<i>200ml</i>					
IDA VESICAL					USO DA SALA	
COLETOR DE URINA					INÍCIO	TÉRMINO DURAÇÃO
ESCOVA COM DEGERMANTE	<i>01</i>					
ADURA COM CREPOM <i>10cm</i>						
ATADURA GESSADA					OPERAÇÃO	
ATROPINA					CIRURGIÃO <i>Dr. Marcos Vinícius</i>	
KETALAR					AUXILIAR <i>Dr. Daniel</i>	
DIMORF					ANESTESISTA <i>Dr. Luis Flavio</i>	
NEOCAÍNA PESADA					TIPO DE ANESTESIA	
LIDOCAÍNA <i>2% C.V.</i>	<i>02</i>				INSTRUMENTADOR <i>Edigilson</i>	
PROPOFOL	<i>02</i>				OCORRÊNCIAS	
MIDAZOLAN						
DIAZEPAN						
TIOPENTAL						
EFORTIL						
DIPIRONA						
CEFAZOLINA <i>1g</i>	<i>02</i>		<i>17/15</i>			
FENTANIL	<i>01</i>					
FLUMAZENIL						
PLASIL						
VITAMINA K						
MINAA						
ROCINA						
ETHERGIN						
IT-GUT SIMPLES						
CAT-GUT CROMADO						
FIO DE ALGODÃO						
NYLON <i>nº 2.0 + 3.0 AG</i>	<i>02 + 03</i>		<i>05</i>			
VYCRIL <i>nº 3.0 AG</i>	<i>02</i>					
PROLENE						
CLAMP UMBILICAL						
PULSEIRA RN						
GAZE <i>pot claud</i>	<i>08</i>					
ESPARADRAPO <i>cm</i>	<i>40</i>					
LÂMINA DE BISTURI <i>nº 24</i>	<i>02</i>					
LUVA ESTÉRIL <i>para</i>	<i>05</i>					
LUVA DE PROCEDIMENTO <i>para</i>	<i>04</i>					
SORO FISIOLÓGICO 0,9% <i>1500ml</i>	<i>06</i>					
SORO GLICOSADO 5%						
MANITOL <i>menor Suco 4.8</i>	<i>01</i>					
RINGER LACTADO						
JELCO						
TUBO OROTRAQUEAL <i>nº 7.5</i>	<i>01</i>					
AGULHA STIMUPLEX	<i>01</i>					
EQUIPO						
AGULHA DE RAQUE						
TENOXICAM <i>40mg</i>	<i>02</i>					

MÉDICO: *Dr. Marcos + Dr. Daniel*  
ENFERMEIRA(O) *Francinete correa 105207-PE*  
TÉC. ENFER: *Graciana/544100*







Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

2 - CNES

4009622

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

4 - CNES

4009622

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

147046

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

898001243511429

8 - DATA DE NASCIMENTO

22/09/1978

9 - SEXO

Masc.

☒ 1

Fem.

☐ 2

03

10 - NOME DA MÃE

ANTONIA DELFINA MORAIS

11 - TELEFONE DE CONTATO

(89) 9971-6471

12 - ENDEREÇO

SACO DOS MORCEGOS, 0 - IPUEIRAS

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

PICOS

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

2208007

15 - UF

PI

16 - CEP

64600-000

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente vítima de acidente motorista há 10 dias

Apresenta fratura de um osso da perna D.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

Pedir cirurgia de um osso da perna D.

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

RX

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

lesão traumática de um osso da perna D.

21 - CID PRINCIPAL

22 - CID SECUNDÁRIO

23 - CAUSAS ASSOC.

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

( ) CNS (x) CPF

29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Daniel G. Silva

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

18-05-16

32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO CRM)

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - ( ) ACIDENTE TRAB. TÍPICO

35 - ( ) ACIDENTE TRAB. TRAJETO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ORGÃO EMISSOR

M220800001

49 - Nº DA AUT. DE INTERNAÇÃO HOSP.

45 - DOCUMENTO

46 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

( ) CNS ( ) CPF

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Assinatura paciente/Responsável

X Francisco de Assis Delfino Morais



## Evolução Clínica

Atendimento  
1034150

Paciente  
FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Nota sobre a evolução da doença, complicações, consultas, mudança de diagnóstico, condições a serem dadas nas altas, instruções ao paciente devendo toda anotação ser assinada pelo médico.

Data/Hora

20-05-16

Paciente 1º P.O. Reduzido com dor em ombro  
direito. Em 01.05.16 em consulta  
apareceu com dor em ombro direito  
com dor no torn. N. C. N. P. C.

C.D.I. não indica com dor no ombro

Dr. Daniel G. Teixeira  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-GO 12.926

22-05-16

Paciente 2º P.O. Reduzido com dor em  
ombro D. Não aparece mais dor no  
olecranon sup. D.

C.D.I. não indica + dor no

Dr. Daniel G. Teixeira  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-GO 12.926

23-05-16

Paciente 3º P.O. Reduzido com dor em  
ombro D. Não aparece mais dor no  
olecranon sup. D.

Hospital Regional de  
CONFÉRMICA  
Detalhado em Original  
Fundo de Arquivo

Dr. Daniel G. Teixeira  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-GO 12.926





**HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ**

ANTENOR NEIVA,  
BOMBA, PICOS/PI - 64601-391  
CNPJ: 06.553.564/0102-81  
(89) 3422-1314 - (89) 3422-1314

**Ficha de Atendimento (Pronto Socorro)**

Atendimento: P0321951  
Data: 16/05/2016  
Funcionario: TAILA

Registro: 147046  
Hora: 07:56:00  
Tipo: CONSULTA  
Sexo: MASCULINO

Senha 20

SUS

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**

CPF: - RG: 1773892 - SUS: 898001243511429

Nasc.: 22/09/1978 Idade: 37 ANOS, 7 MESES, 24 DIAS Profissão: LAVRADOR

Civil: CASADO(A)

CEP: 64600-0

End.: SACO DOS MORCEGOS, 0 -

Bairro: IPUERAS

Cidade: PICOS/PI

RG: 2208007 Cor: PARDA

Mãe: ANTONIA DELFINA MORAIS

Pai: MAURO ESMERIANO MORAIS

Telefone ( ) -

Celular: (89) 9971-6471

Unidade: CLINICA GERAL

Documento: 4210 - HERALDO JOSE BEZERRA

Responsável: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS - O MESMO

Temp.: 0°C

Peso: 0Kg

P.A.: 180/100

**Procedimentos**

16/05/2016 7:56 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENCAO ESPECIALIZADA (I 223505

16/05/2016 8:25 0301060061 ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA 225125

☐ Sem

☐ Vermelho - Emergência

☐ Amarelo - Urgente

☒ Verde - Pouco Urgente

☐ Azul - Não Urgente

Queixa principal: DOR NO OMBRO

Exame clínico/físico:

DA ← OMBRO DIREITO, APOS AVALIAÇÃO E EXAME  
ME BOM

Diagnóstico provável:

Lesão no ombro direito

☐ NOTIFICAR?

Ex-lucação de ombro direito

Medicação:

• Rx de ombro direito  
• AVALIAÇÃO DO OMBRO DIREITO

Procedimentos/exames realizados:

Ass. Técnico

Dr. Heraldo José Bezerra  
CRM 4210-PI  
Clínico Geral

Responsável: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO

4210 - HERALDO JOSE BEZERRA



**HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ**

ANTENOR NEIVA,  
BOMBA, PICOS/PI - 64601-391  
CNPJ: 06.553.564/0102-81  
(89) 3422-1314 - (89) 3422-1314

**Ficha de Atendimento (Acolhimento)**

Atendimento: P0321951  
Data: 16/05/2016  
Funcionario: TAILA

Registro: 147046  
Hora: 07:56:00  
Tipo: CONSULTA  
Sexo: MASCULINO

Senha 20

SUS

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**

CPF: - RG: 1773892 - SUS: 898001243511429

Nasc.: 22/09/1978 Idade: 37 ANOS, 7 MESES, 24 DIAS Profissão: LAVRADOR

Civil: CASADO(A) CEP: 64601

End.: SACO DOS MORCEGOS, 0 -

Bairro: IPUEIRAS

Cidade: PICOS/PI

CEP: 646007

Cor: PARDA

Mãe: ANTONIA DELFINA MORAIS

Pai: MAURO ESMERIANO MORAIS

Clínica: CLÍNICA GERAL

Documento: 4210 - KARLA CYNTHIA DOS SANTOS E SILVA

Responsável: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS - O MESMO

**Procedimentos**

16/05/2016 7:56 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 223505

☐ Sem ☐ Vermelho - Emergência ☐ Amarelo - Urgente ☒ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Motivo do atendimento: DOR NO OMBRO

**QUEIXA/HISTÓRIA**

DOR EM OMBRO D. HAS AGORA

(RDEMA MSD)

**OBSERVAÇÃO**

ACIDENTE DE MOTO HÁ 08 DIAS

**SINAIS VITAIS**

PA: 180/100 mmHg

TAX: 0°C

FR: 0 mrpm

FC: 0 bpm

Glicemia: 0 mg/dl

Peso: 0 kg

**ALERGIAS**

NDN

**MEDICAÇÃO USUAL**

NDN

**CONDUTA**

AO CLÍNICO

Hospital Regional Justino Luz  
Data: 13/05/2016  
Funcionario: TAILA

*Francisco de Assis Delfino Moraes*

Responsável: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO

103025 - KARLA CYNTHIA DOS SANTOS E SI



HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ  
ANTENOR NEIVA,  
BOMBA, PICOS/PI - 64601-391  
CNPJ: 06.553.564/0102-81  
(89) 3422-1314 - (89) 3422-1314

Ficha de Atendimento (Pronto Socorro)

Atendimento: P0323105  
Data: 19/05/2016  
Funcionário: AMANDA

Registro: 147046  
Hora: 09:41:00  
Tipo: CONSULTA  
Sexo: MASCULINO  
SUS

Senha 42

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

CPF: - RG: 1773892 - SUS: 898001243511429  
Data: 22/09/1978 Idade: 37 ANOS, 7 MESES, 27 DIAS Profissão: LAVRADOR Civil: CASADO(A) CEP: 64600-000  
End: SACO DOS MORCEGOS, 0 - Bairro: IPUEIRAS Cidade: PICOS/PI  
BOL: 2208007 Cor: PARDA Mãe: ANTONIA DELFINA MORAIS Pai: MAURO ESMERIANO MORAIS  
Telefone: ( ) - Celular: (89) 9971-6471

Clinica: ORTOPEDIA Documento: 15638 - ROGERIO APARECIDO SILVA  
Responsável: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS - O MESMO Temp.: 0°C Peso: 0Kg P.A.: 150/90

Procedimentos

19/05/2016 9:41 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (1 223505  
19/05/2016 9:45 0301060061 ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA 225270  
☐ Sem ☐ Vermelho - Emergência ☐ Amarelo - Urgente ☐ Verde - Pouco Urgente ☒ Azul - Não Urgente

Queixa principal: DORES NO OMBRO

Exame clinico/fisico:

Diagnostico provavel:

Indicação:

☐ NOTIFICAR?

Procedimentos/exames realizados:

Ass. Técnico

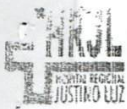
Do Ombro DA Perda de movimento  
e Perfil magro

10 dias de terapia ombro  
e internar

15638 - ROGERIO APARECIDO SILVA







HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ  
ANTENOR NEIVA,  
BOMBA, PICOS/PI - 64601-391  
CNPJ: 06.553.564/0102-81  
(89) 3422-1314 - (89) 3422-1314

**Ficha de Atendimento (Acolhimento)**

Atendimento: P0323105  
Data: 19/05/2016  
Funcionario: AMANDA

Registro: 147046  
Hora: 09:41:00  
Tipo: CONSULTA  
Sexo: MASCULINO

Senha 42

SUS

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**

Nasc.: 22/09/1978 Idade: 37 ANOS, 7 MESES, 27 DIAS Profissão: LAVRADOR

CPF: - RG: 1773892 - SUS: 898001243511429

Civil: CASADO(A)

CEP: 64600-00

End.: SACO DOS MORCEGOS, 0 -

Bairro: IPUEIRAS

Cidade: PICOS/PI

IBGE: 2208007 Cor: PARDA

Mãe: ANTONIA DELFINA MORAIS

Pai: MAURO ESMERIANO MORAIS

Clinica: ORTOPEDIA

Documento: 15638 - ADILMA DE SOUSA FERREIRA

Responsavel: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS - O MESMO

**Procedimentos**

19/05/2016 9:41 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 223505

☐ Sem ☐ Vermelho - Emergência ☐ Amarelo - Urgente ☐ Verde - Pouco Urgente ☒ Azul - Não Urgente

Motivo do atendimento: DORES NO OMBRO

**QUEIXA/HISTÓRIA**

DOR EM MSD

**OBSERVAÇÃO**

NDN

**SINAIS VITAIS**

PA: 150/90 mmHg

TAX: 0°C

FR: 0 mrpm

FC: 0 bpm

Glicemia: 0 mg/dl

Peso: 0 kg

**ALERGIAS**

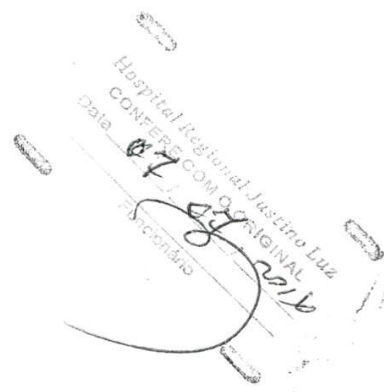
NDN

**MEDICAÇÃO USUAL**

NDN

**INDUTA**

AO ORTOPEDISTA



*Francisco de Assis Delfino Moraes*

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO

197473 - ADILMA DE SOUSA FERREIRA



Atendimento	1034150
Data:	19/05/2016
Hora:	21:42

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ  
ANTENOR NEIVA, 184  
PICOS/PI

Nº AIH
ANAPAUOLA

## BOLETIM DE ADMISSÃO

**147046 - FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**

CASADO(A) - Sexo: MASCULINO - Nascimento: 22/09/1978 - Cor/Raça: 03-PARDA

37 ANOS, 7 MESES, 27 DIAS

Clinica: ORTOPEDIA Enfermaria: 13- ORTOPEDIA - M Leito: C13/67 Convênio: SUS

Escolaridade: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO Médico: 110018 - GUILHERME HERMENEGILDO DE SOUSA

CPF: RG: 1773892 CNS: 898001243511429 SIS Prenatal:

Endereço: SACO DOS MORCEGOS, N° 0 - CEP: 64600-000 Bairro: IPUEIRAS

Cidade: 2208007- PICOS/PI Profissão: LAVRADOR Telefone: (89) 9971-6471

Pai: MAURO ESMERIANO MORAIS Mãe: ANTONIA DELFINA MORAIS

Responsável: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS - 99716471] - O MESMO

Diagnostico inicial: - 9999-CID NAO INFORMADO

Diagnostico Definitivo:

### Resultado

<input type="checkbox"/>	Curado	<input type="checkbox"/>	Removido	<input type="checkbox"/>	-48 Horas
<input type="checkbox"/>	Melhorado	<input type="checkbox"/>	Pedido	<input type="checkbox"/>	+48 Horas
<input type="checkbox"/>	Inalterado	<input type="checkbox"/>	Evasão	<input type="checkbox"/>	Obito
<input type="checkbox"/>	Piorado	<input type="checkbox"/>	Indisciplina		

Transferido

### História Clínica

Diagnóstico Provável

GUILHERME HERMENEGILDO DE SOUSA





HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ  
SESAPI - Secretaria de Saúde do Estado do Piauí  
Pça Antenor Neiva, 184 - CEP 64.600-000  
Picos - PI

Saúde  
Secretaria de Estado



### PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: <u>Francisco da Silva</u>	ALA: <u>C</u>	APTO.: <u></u>	ENFER.: <u>13</u>	LEITO.: <u>67</u>	R. MET.: <u></u>
DATA: <u>22/05/16</u>	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM				
PRESCRIÇÃO MÉDICA		HORÁRIO DE MEDICAÇÃO		OBSERVAÇÕES	
01 - DIETA LIVRE		<u>Adm D - Cont</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
02 - DAPIRONA 1 G + AD EV 6/6 hs		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
03 - PLASIL 1amp S/N		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
04 - TRAMAL 100mg + SF 0,9% 100ml EV 8/8hs S/N		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
05 - CEFALOTINA 1G EV 6/6 hs		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
06 - RANITIDINA 50MG 1AMP EV, 8/8H		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
07 - FLEBARIANA 500MG 8/8hs		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
08 - TILATIL 20MG EV 12/12HS		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
09 - CURATIVO DIÁRIO <u>12 no dia</u>		<u>12 18 24 30</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
Dr. Daniel G. Teixeira Ortopedia e Traumatologia CRM-GO 12.926		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
<u>TRX de ombro D AP</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
<u>23-05-16</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
<u>Dr. Daniel G. Teixeira</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
<u>Ortopedia e Traumatologia</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	
<u>CRM-GO 12.926</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>		<u>na 2ª do evoluinte bem</u>	





Hospital Regional Justino Luz - Pça. Dr. Antenor Neiva, 184 - CEP: 64.601-391 - Picos-PI

NOME DO PACIENTE <i>FRANCISCO DE ASSIS DREYANO MELO</i>		PRONTUÁRIO	CLÍNICA	ENF. OU APT <i>C13</i>		LEITO: <i>07</i>	MÉDICO ASSISTENTE:
DATA HORA CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA			QUANT.	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM		
				RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	OBSERVAÇÕES		
19-05-16	01 - Dieta 2100 ALIMENTAR COM			HELIONILDES BEZERRA DE SOUSA HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ NUTRICIONISTA CRN 3276	21:40! Admitido para submeter		
	02 - SÓDIO - 500 e KCl				a um tratamento ortopé		
	1 AMT/ORA 40m				no MSD. PR Daniel		
	1 AMT VITAMINA				dego. ao excluir a		
	03 - PUSC 1 AMT EO 5/A				22:40! Admitido para submeter		
	04 - RINAPRINA 1 AMT EO 1x OL				tema de		
	RX - Realizados				em tratamento		
	5) 7ml oral 10mg q 8h				Refeição de		
	6) 500 ml 10mg				normal espontânea		
	7) 1000 ml 10mg				em 17:00h		
	8) 1000 ml 10mg				de a um		
	9) 1000 ml 10mg				luxo de		
	10) 1000 ml 10mg				de austeria		
	11) 1000 ml 10mg				em 17:00h		
	12) 1000 ml 10mg				em 17:00h		



HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ  
SESAPI - Secretaria de Saúde do Estado do Piauí  
Pça Antenor Neiva, 184 - CEP 64.600-000  
Picos - PI

Saúde  
Secretaria de Estado



### PRESCRIÇÃO MÉDICA

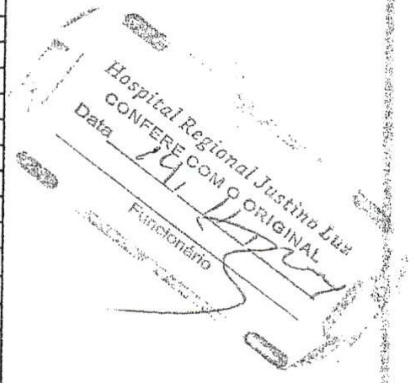
NOME: <u>Francisco de Assis</u>	ALA: <u>C</u>	APTO.: <u></u>	ENFER.: <u>13</u>	LEITO.: <u>67</u>	R. MET.: <u></u>
DATA: <u>Feo de 2020</u>	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM				
PRESCRIÇÃO MÉDICA		HORÁRIO DE MEDICAÇÃO		OBSERVAÇÕES	
01 - DIETA LIVRE		50mg 12/12h		A 04:00h p/p apresentando PA 170x	
02 - DIPIRONA 1 G + AD EV 6/6 hs		12/12h		60 mmHg	
03 - PLASIL 1amp S/N		S/N			
04 - TRAMAL 100mg + SF 0,9% 100ml EV 8/8hs S/N		S/N			
05 - CEFALOTINA 1G EV 6/6 hs		12/12h			
06 - RANITIDINA 50MG 1AMP EV, 8/8H		12/12h			
07 - HEPARINA 5.000U SC 8/8 hs		12/12h			
08 - TILATIL 20MG EV 12/12HS		12/12h			
09 - CURATIVO DIÁRIO					
Dr. Daniel C. Teixeira Médico de Traumatologia CRM-GO 12.926					





Hospital Regional Justino Luz - Pça. Dr. Antenor Neiva, 184 - CEP: 64.601-391 - Picos-PI

## FICHA DE SALA

NOME DO PACIENTE <i>Francisco de Assis Delfino Mendes</i>				DATA <i>20/05/16</i>	PROTÚRIO	LEITO
PROCEDIMENTO <i>Ex cii de luxação de ombro D.</i>				SALA <i>01</i>		
MATERIAL DE CONSUMO	QUANT.	UNID.	TOTAL	APARELHAGEM		
SERINGA 1 ML 3 ML				ARCO CIRÚRGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	
SERINGA 5 ML/ 10 ML	<i>01+01</i>			BOMBA DE INFUSÃO	<input type="checkbox"/>	
SERINGA 20 ML	<i>02</i>			ASPIRADOR	<input type="checkbox"/>	
KIT ACESSO CENTRAL				AUTOCLAVE	<input checked="" type="checkbox"/>	
SONDA DE ASPIRAÇÃO	<i>01</i>			INSTRUMENTAL CIRÚRGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	
AGULHA 40X12	<i>01</i>			ULTRASSON	<input type="checkbox"/>	
ALGODÃO				STIMUPLEX	<input checked="" type="checkbox"/>	
ÁGUA DESTILADA	<i>02</i>			<i>Bisturi elétrica</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	
PVPI <i>Tóp + Neg</i>	<i>2000</i>			USO DA SALA		
IDA VESICAL				INÍCIO	TÉRMINO	DURAÇÃO
COLETOR DE URINA				OPERAÇÃO		
ESCOVA COM DEGERMANTE	<i>01</i>			CIRURGIÃO <i>Dr. Marcos Vinícius</i>		
ADURA COM CREPOM <i>10cm</i>				AUXILIAR <i>Dr. Daniel</i>		
ATADURA GESSADA				ANESTESISTA <i>Dr. Luis Flávio</i>		
ATROPINA				TIPO DE ANESTESIA		
KETALAR				INSTRUMENTADOR <i>Edigilson</i>		
DIMORF				OCORRÊNCIAS		
NEOCAÍNA PESADA						
LIDOCAÍNA <i>2% C.V</i>	<i>02</i>					
PROPOFOL	<i>02</i>					
MIDAZOLAN						
DIAZEPAN						
TIOPENTAL						
EFORTIL						
DIPIRONA						
CEFAZOLINA <i>1g</i>	<i>02</i>	<i>17.15</i>				
FENTANIL	<i>01</i>					
FLUMAZENIL						
PLASIL						
VITAMINA K						
VITAMINA A						
CURCUMA						
METHERGIN						
AT-GUT SIMPLES						
CAT-GUT CROMADO						
FIO DE ALGODÃO						
NYLON <i>nº 2.0 + 3.0 AG</i>	<i>02 + 03</i>	<i>05</i>				
VYCRIL <i>nº 3.0 AG</i>	<i>02</i>					
PROLENE						
CLAMP UMBILICAL						
PULSEIRA RN						
GAZE <i>pot elund</i>	<i>08</i>					
ESPARADRAPO <i>com</i>	<i>40</i>					
LÂMINA DE BISTURI <i>nº 24</i>	<i>01</i>					
LUVA ESTÉRIL <i>paras</i>	<i>05</i>					
LUVA DE PROCEDIMENTO <i>paras</i>	<i>04</i>					
SORO FISIOLÓGICO 0,9% <i>1000ml</i>	<i>06</i>					
SORO GLICOSADO 5%						
MANITOL <i>100mg 4.8</i>	<i>01</i>					
RINGER LACTADO						
JELCO						
TUBO OROTRAQUEAL <i>nº 7.5</i>	<i>01</i>					
AGULHA STIMUPLEX	<i>01</i>					
EQUIPO						
AGULHA DE RAQUE						
TENOXICAM <i>40mg</i>	<i>01</i>					

MÉDICO: *Dr. Marcos + Dr. Daniel*  
 ENFERMEIRA(O) *Francinete oliveira 105207-PE*  
 TÉC. ENFER.: *Guarara 1544300*





Paciente:  
**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**

Idade:  
40,0 Ano(s)

Médico:

Nº do Exame:  
233917

Convênio:  
Particular

Data:  
09/10/2018

**T.C. - OMBRO DIREITO**

**Laudo**

**METODOLOGIA:**

-Estudo tomográfico realizado com cortes axiais de 05 mm, orientados pela radiografia digital.

**ANÁLISE:**

- Deformidade óssea na cabeça umeral direita.
- Irregularidade na cortical óssea da tuberosidade maior/menor da cabeça umeral a direita.
- Cistos subcondrais na cabeça umeral direita. Correlacionar com dados clínicos.
- Restante da estrutura óssea regional íntegra.
- Musculatura das regiões ventral e dorsal do ombro direito com morfologia e coeficientes de atenuação normais.

**Conclusão**

- Deformidade óssea na cabeça umeral direita.
- Irregularidade na cortical óssea da tuberosidade maior/menor da cabeça umeral a direita.
- Cistos subcondrais na cabeça umeral direita. Correlacionar com dados clínicos.

DRA. LARISSA MACÊDO SOARES  
CRM - 3930/PI

DR. WALTER PEREIRA SOARES  
CRM - 517/PI

